

ASPECTOS DEMOGRÁFICOS NA OBRA DE JOSUÉ DE CASTRO

Prof. Dr. Rui Ribeiro de Campos

Pontifícia Universidade Católica de Campinas

Rodovia Don Pedro I, KM 136, Parque das Universidades, CEP 13.086-900 . Campinas (SP) - Brasil

Tel.: (55 19) 3343.7202 - ruicampos@puc-campinas.edu.br

RESUMO

Este texto caracteriza, sucintamente, a atuação dos primeiros demógrafos, analisa brevemente o conceito de Geografia entre as décadas de 1930 e 1970, como também dos modos de recenseamento, a explosão demográfica após a Segunda Guerra Mundial e o surgimento da Demografia como disciplina. Também a visão de Josué de Castro (1908-1973) sobre problemas posteriormente rotulados de demográficos, seu papel nesta ciência, embora o fizesse preocupado com a questão alimentar. O artigo também discute alguns aspectos da concepção de Geografia como ciência unitária. Entender a questão da alimentação, como fez Josué de Castro, exige trabalhos demográficos, pois características da estrutura da população influenciam na procura e no consumo de alimentos. Conceitos comuns à Demografia constituem o essencial de Geopolítica da Fome; portanto, foi ele um estudioso de geografia populacional.

Palavras-chave: questão alimentar – demografia – Josué de Castro – geografia da população.

ABSTRACT

This text shortly characterizes the first demographers work and the conception of Geography between the 1930's and 1970's, as also the census methods, the demographic increasing after the Second World War and the appearing of Demography as a discipline. As well Josué de Castro's (1908-1973) view of the matters at a later time labeled as demographics, its role in this science, even though it was generated by the food issue. The article therefore discusses some aspects of the conception of Geography as a unitary Science. Understanding the food issue, as Josué de Castro did, demands demographic work because population structure characteristics influence the search and the food intake. Demographic common concepts constitute Hunger Geopolitics; hence, he was a population Geography student.

Key words: food issue – demography – Josué de Castro – population Geography

RESUMEN

Este texto caracteriza sucintamente la actuación de los primeros demógrafos, analiza brevemente el concepto de Geografía entre las décadas de 1930 y 1970, como también las formas de censo, la explosión demográfica después de la Segunda Guerra Mundial y el apareamiento de la Demografía como una asignatura. También la visión de Josué de Castro (1908-1973) acerca de problemas posteriormente nombrados demográficos, su papel en esta ciencia, aunque lo hiciera preocupado con la cuestión alimentar. El artículo también discute algunos aspectos de la concepción de Geografía como ciencia unitaria. Comprender la cuestión de la alimentación, como hizo Josué de Castro, exige trabajos demográficos, pues características de la población influyen la busca y el consumo de alimentos. Conceptos de la Demografía constituyen el esencial de la Geopolítica del Hambre, por lo tanto el fue un estudioso de la geografía poblacional.

Palabras-clave: cuestión alimentar – demografía – Josué de Castro – geografía de la población.

Introdução

Onde estão, quantas são, como se distribuem pelo território, como se caracterizam culturalmente e como vivem as pessoas, são perguntas tradicionais de qualquer estudo geográfico das populações, cujas respostas são importantes desde que vinculadas ao objetivo de colaborar para a resolução dos problemas sociais mais críticos. Nesta colaboração se engajam – ou deveriam – todas as ciências sociais. Estabelecer o que as distinguem é, muitas vezes, uma tarefa difícil. Se a intenção é a de classificar o trabalho de um autor como desta ou daquela ciência, aqui se preferiu, em primeiro lugar, procurar definições do período vivido por Josué de Castro (1908-1973) para verificar se, no conceito da época, ele poderia ser rotulado de demógrafo ou geógrafo ou estudioso da população, pois as concepções de ciência são históricas. Depois, com os olhos de hoje, reafirmar ou não as visões pretéritas. Na década de 1950, por exemplo, pouco se falava em Geografia da População como disciplina ou da Demografia como um campo específico do conhecimento no interior das ciências sociais.

O grande impulso para o desenvolvimento da teoria e da análise demográficas foi dado por pesquisadores de outras áreas (Sociologia, História, Antropologia, Estatística, Medicina, Economia,

Ecologia e outras), pioneiros que, posteriormente, foram rotulados de demógrafos. Permaneceu utilizando, como fonte de seus conhecimentos, a maioria das ciências sociais e biológicas e acabou, com seus trabalhos, por enriquecê-las. O mesmo se pode dizer de certos estudos no interior da Geografia; fomes e análises demográficas adequadamente embasadas não constituíam o temário comum dela no Brasil, o que atualmente acontece. A ideologia e a finalidade predominantes impediam a inclusão. A estrutura tradicional era um fator dificultador disso. Dividida em duas partes fundamentais, que atuavam de modo isolado, padecia de uma indefinição de seu campo e de sua função, em razão da ausência de debates e de um estatuto epistemológico consistente. A Física considerava as características da crosta terrestre e, normalmente, ignorava a presença humana; a Humana, geralmente, tratava mais das obras do homem do que dele. Dando preferência às coisas, pouco destacava o papel do elemento fundamental, do utilizador destas coisas e agente dos fatos, do ser cujas relações sociais e idéias davam identidade àquelas paisagens.

Esta situação provocou o aparecimento da sugestão de outra divisão, uma terceira: Geografia da população. Ora, isto seria a manutenção do problema tradicional da indefinição do estatuto, do método e da atuação. Uma coisa é ter uma disciplina acadêmica com este nome, outra é transformá-la em um ramo autônomo. Se é autônomo, governa a si próprio, rege-se por leis particulares e é independente dos outros. Diferente é enfocar determinado aspecto dentro da mesma ciência, com os métodos e os objetivos da mesma. O que deve ser feito é um estudo geográfico da população. A pergunta: Você faz geografia física ou geografia humana?, permanece e prova a não resolução do problema. Que Geografia você faz ou gosta mais?, deveria ser uma questão sem sentido, se ela fosse uma ciência unitária; caberia, sim, a indagação sobre qual o prisma da atuação.

O SURGIMENTO DA DEMOGRAFIA

Na segunda metade do século XIX e no início do seguinte, o grande progresso tecnológico, a crescente produtividade nos diversos setores da economia e o aumento do nível de vida nos países desenvolvidos, não somente geraram certo otimismo como fizeram com que os economistas e o grande público passassem a se preocupar menos com o problema populacional. “Foi neste período que a Demografia adquiriu vida própria, como ciência humana e social, deixando de constituir uma preocupação quase exclusiva dos economistas.” (SZMRECSÁYI, 1980, p. 270) Recenseamentos foram ficando mais freqüentes, surgiram – graças ao maior uso de instrumentos da Matemática e da Estatística – novos métodos e técnicas de análise dos fenômenos demográficos, e especialistas de outras áreas começaram a participar mais nas análises e discussões teóricas a respeito das mudanças que estavam ocorrendo.

Após 1930, com a Grande Depressão e a crescente participação dos países subdesenvolvidos no mercado mundial, economistas voltaram a se interessar pelo assunto, mas com um enfoque diferenciado para os países ricos e para os pobres. Somente para estes últimos foi que ressuscitaram o espectro malthusiano. Por esta razão, mais tarde um pouco, em revistas geográficas em temas dedicados à demografia, “[...] os autores analisaram apenas um aspecto demográfico, principalmente a variável do crescimento populacional, associando-a à ocupação espacial.” (GUIDUGLI; MEDINILHA, 1999, p. 36)

A preocupação em identificar a Demografia como uma disciplina científica nos EUA e na Europa, foi mais intensa na década de 1950, quando se vislumbrava com maior clareza a questão da explosão demográfica. Nesta década, houve um amplo crescimento da dimensão demográfica, com o aparecimento da questão da explosão demográfica e a crescente demanda por alimentos. A crescente preocupação com as relações entre população e sociedade ocorreu, de modo coetâneo, com “[...] o maior florescimento do enfoque neomalthusiano referente às relações entre população e desenvolvimento econômico, estabelecendo-se uma estreita vinculação entre produção científica e políticas controlistas.” (PATARRA, 1980, p. 9) Ou seja, procurava-se uma legitimação científica para executar programas de controle populacional e capacitar especialistas em países subdesen-

volvidos; para isso, procurou-se também dar um caráter neutro e objetivo a esta disciplina, para conectá-la a processos de intervenção e controle.

O aspecto quantitativo foi realçado, desconsiderando-se as especificidades históricas e culturais das populações analisadas. Entretanto, em relação ao meio físico, pouca coisa foi feita. Conforme pesquisa realizada, “[...] a maioria dos países, até meados da década de 70, ainda não se preocupavam com os agravantes sobre o meio desencadeados pela ação antrópica. Até então a maioria dos países, principalmente os subdesenvolvidos, defendiam o crescimento econômico como prioridade.” (GUIDUGLI; MEDINILHA, 1999, p. 30) Isto significava que, praticamente, nenhuma atenção era dada ao aspecto natural e que a principal preocupação seria mesmo a do crescimento econômico.

Aqui no Brasil, até a criação do IBGE, não se contava com dados confiáveis de registro civil – que até o final do século XX ainda apresentavam problemas –, nem de levantamento por amostragem, e os censos, até a primeira metade do século passado, não incluíam quesitos necessários para uma eficiente análise demográfica. Faltava, ainda, um conceito claro, um status científico à Demografia, o que dificultava caracterizar algum estudioso como demógrafo naquele período. Até os anos sessenta do século passado, o Brasil era por demais carente em matéria de ensino (inexistiam cursos universitários regulares e sistemáticos, tanto em nível de graduação quanto de especialização, específicos; havia a disciplina em cursos de ciências humanas) e pesquisa de Demografia.

O auge da discussão sobre as relações de mútua dependência entre população e crescimento econômico ocorreu nas décadas de 50 e 60 do século XX, no auge da teoria neomalthusiana. Entretanto, crescimento econômico, por si só, não solucionava a questão pois, em um sistema capitalista liberal, o capital destinado aos salários e a criação de novos empregos caminhava mais lentamente, ou seja, não acompanhava o processo geral de acumulação; garantia este processo, o exército de reserva. Josué de Castro sabia disto, razão pela qual propunha o aumento de proprietários no campo e o estabelecimento, via legislação, de salários-mínimos. Sem a alteração do modelo vigente, sem a ampliação do mercado interno, sem a presença atuante do Estado, o problema não seria solucionado. O crescimento econômico, industrial e agrícola, necessitava ser social e espacialmente melhor distribuído.

Ele conhecia que o desenvolvimento econômico era mais do que o simples crescimento do produto nacional bruto ou da renda per capita de sua população. Não era um simples processo quantitativo e mecânico e sim um processo qualitativo de mudança estrutural, cuja aferição só poderia ser feita a médio ou em longo prazo. Ajudou a demonstrar que a aceitação ou não do neomalthusianismo não tinha apenas um caráter científico, pois em suas premissas estava embutida uma clara opção política e ideológica, um escamoteamento dos reais fatores sócio-econômicos (como imperialismo, concentração de renda e de terra, regimes políticos autoritários a serviço de grupos, entre outros) que dificultavam a melhoria das sociedades dos países do Terceiro Mundo. A origem dos problemas destes países não derivava da população, mas a ocorrência dos mesmos interferia em sua dinâmica.

Através de uma análise feita, constatou-se que na década de 70 a meados da seguinte, havia “[...] poucos artigos relacionando a inserção das variáveis demográficas àquelas relativas aos recursos naturais. Neste período, os autores ainda enfatizavam o crescimento populacional como principal fator dos danos ecológicos, quase em determinismo.” (GUIDUGLI; MEDINILHA, 1999, p. 35) Entretanto, uma visão hoje aceita por muitos demógrafos já era vislumbrada por Josué de Castro: a existência de uma relação de mútua dependência entre as variáveis demográficas e as sócio-econômicas e, por esta razão, a dinâmica populacional era um processo histórico e social. Que, no processo de desenvolvimento econômico, a população era apenas uma das variáveis e, mesmo nela, a capacidade de produzir e de consumir dependiam da qualificação da mão-de-obra e da distribuição de renda.

Contudo, não se faz planejamento econômico adequado se não se parte dos levantamentos e análises realizados pela Demografia. As informações, quantitativas e qualitativas, que ela fornecia

a respeito de número total, taxa de crescimento, composição etária, distribuição territorial, entre outras, eram fundamentais. Um projeto destinado a uma sociedade melhor possui a população como ponto de partida e de chegada. Ela está no diagnóstico e nos objetivos de qualquer proposta séria, voltada à melhoria de vida da maioria.

A ATUAÇÃO DE JOSUÉ DE CASTRO NO CAMPO DA DEMOGRAFIA

Se o demógrafo realiza um diagnóstico e explica as razões da situação, ou seja, não somente registra mas verifica as causas, Josué de Castro pode não ter sido um demógrafo típico e nem tinha como assim ser considerado, em razão de, na época, praticamente inexistir esta disciplina; entretanto, realizou estudos demográficos sobre os componentes básicos da dinâmica populacional: fecundidade, mortalidade e migrações. Não foi, todavia, um realizador de pesquisas e levantamentos de base – fez isto mais no campo da nutrição – e procurou fazer o melhor uso das informações demográficas disponíveis para o fim a que se propunha: estudar e propor soluções para a questão alimentar.

Os dados mais utilizados pelos demógrafos são, normalmente, os referentes a nupcialidade, natalidade, mortalidade e migrações, dados que, pela natureza dos mesmos, não são fáceis de serem obtidos com total precisão.¹ Se fossem continuamente – e de modo acurado – registrados, não haveria a necessidade da realização de censos ou de pesquisas de campo por amostragem, exceto na busca de aspectos qualitativos ou de explicações para as quais somente os números não seriam suficientes.

O seu trabalho sobre os operários em Recife foi o resultado de uma pesquisa de campo por amostragem. Sua amostra cumpriu o importante papel de preencher uma lacuna pela ausência de dados, quantificou um aspecto demográfico significativo, foi um modelo passível de expansão (tanto quanto à população abarcada quanto à inclusão de outros quesitos), mas era representativo de uma área restrita, não possibilitando ainda explicações e interpretações de âmbito nacional.

A Demografia trataria da natureza e do comportamento dos agrupamentos humanos, “[...] da natureza intrínseca, dos atributos universais da população, dos princípios sistemáticos que governam sua composição, suas conotações sócio-econômicas, comportamento e mudanças; a dimensão espacial é marginal a seu propósito central.” (ZELINSKY, 1969, p. 12-13) A partir desta definição, tomada de um livro cuja primeira edição nos EUA foi em 1966, Josué de Castro não foi um demógrafo. A busca dos “atributos universais da população” e “dos princípios sistemáticos que governam a sua composição” não compôs a essência de seus trabalhos. O estudo quantitativo das populações humanas, a medição de certas grandezas concernentes ao comportamento (nupcialidade, fecundidade, natalidade, mortalidade e outras) ou as razões explicativas da maioria dos fatos demográficos, não constituíram o seu objeto de análise. Entretanto, os poucos dados existentes – situação decorrente do atraso do setor no país – foram importantes para a sua atividade. Ou seja, não elaborou trabalhos essencialmente demográficos mas fez uso dos existentes.

Como descobrir leis imutáveis, universais, de um objeto – o homem como ser social – que se caracteriza por modificações atitudinais e locais difíceis de serem previstas? O objetivo, muitas vezes, nas ciências sociais, é justamente o de compreender a realidade para que ela se modifique, o que faz com que as análises logo se transformem em históricas, em explicativas de um passado, mas não mais elucidativas do presente.² Se, no passado, áreas de atração de migrantes possuíam um desequilíbrio sexual favorável ao sexo masculino, hoje isto já não é uma regra válida. Antes, por exemplo, os homens nordestinos migravam, especialmente em épocas de secas, gerando as vítimas da seca. Segundo o IBGE, entre 1991 e 1996, dos 2,7 milhões de nordestinos que migraram, a metade não se aventurou além do limite de seus estados de origem e, nesse grupo, as mulheres eram maioria. O perfil predominante da mulher migrante: jovem, solteira e com escolaridade acima da média. Em conseqüência: havia mais mulheres nas cidades nordestinas com mais de 100 mil habitantes (em 97% delas) e mais homens nas cidades nordestinas com menos de 30 mil (em 55% delas). O que mudou?

O emprego tradicionalmente masculino nas grandes cidades (como construção civil, linha de montagem industrial e outros) ficou mais escasso. Aumentaram as ofertas de vagas para mulheres no setor de serviços (supermercados, lojas e outros). As próprias indústrias passaram a contratar mais mulheres. A mulher do campo já possuía escolaridade superior à do homem (que era chamado a trabalhar cedo, na roça): 55% dos rapazes da zona rural do Nordeste tinham menos de 04 anos de estudo e, entre as moças, este índice era de 42%. Isso qualificava mais a moça migrante no mercado de trabalho urbano, principalmente no setor de serviços. Quanto menor for a cidade e mais estagnada sua economia, menos capacidade ela possuía de absorver a mão-de-obra feminina. A oferta de trabalho era mais na roça, um reduto tradicionalmente masculino.

Complicador dos estudos dos fenômenos populacionais é o fato de que o fenômeno que é causa também é efeito, no sentido de que modificando também é alterado e se transforma em uma nova e diferente causa e que provoca efeitos diferentes no mesmo grupo humano, não sendo possível estabelecer qual será, necessariamente, o efeito esperado. O geógrafo deve focar os aspectos espaciais da população, tanto em locais restritos quanto em regiões ou no mundo como um todo. Zelinsky definiu Geografia da População como

[...] a ciência que trata dos modos pelos quais o caráter geográfico dos lugares é formado por um conjunto de fenômenos da população que varia no interior deles através do tempo e do espaço, na medida em que seguem suas próprias leis de comportamento, agindo uns sobre os outros e relacionando-se com numerosos fenômenos não-demográficos. (ZELINSKY, 1969, p. 17)

Importante o fato de conceber lugar como um território de qualquer extensão (de alguns hectares a toda a superfície da Terra) e geográfico como o caráter inter-relacional e não o locacional, o mero onde ou o aspecto fisiográfico. Mas se equivocou ao definir como ciência e não como parte da ciência geográfica. Para ele, a finalidade da geografia da população era “[...] compreender as características variáveis da população dos diferentes lugares, suas causas, conseqüências e, acima de tudo, suas interações com outros elementos culturais e físicos, que dão uma personalidade geográfica distinta a cada região habitada do mundo.” (ZELINSKY, 1969, p. 100)

Em sua visão, o geógrafo especialista neste aspecto, se preocupava com três níveis distintos de reflexão: “1) a simples descrição da localização da população e suas características; 2) a explicação dessas localizações espaciais e características; e 3) a análise ‘geográfica’ dos fenômenos de população [...]” (ZELINSKY, 1969, p. 18), entendida como as inter-relações entre as diferenças espaciais da população com alguns ou com todos os outros elementos da área estudada. Para a primeira atividade pode – e deve – o geógrafo procurar trabalhos de Cartografia, e para o segundo, a gênese do processo, ir ao encontro de pesquisas de Demografia e de História. Sua tarefa específica seria a última, a interpretação do “papel do elemento população no universo do fato demográfico”.

Por esta definição, em livros como Geografia da fome e Geopolítica da fome, as duas primeiras atividades foram realizadas, mas não com o objetivo de realizar uma análise geográfica da população e sim de um fenômeno vivido por ela. Se trocarmos, nesta última atividade, a palavra população pelo termo alimentação, poderíamos afirmar que ele cumpriu a tarefa, que interpretou – caracterizando, mapeando, explicando suas origens, colocando suas conseqüências e propondo soluções – o papel do elemento alimentação no universo dos fatos geográficos. Portanto, foi um geógrafo nestes livros, um geógrafo especialista em alimentação, que fez dos estudos de certas características da população o alicerce de suas afirmações. E o foi naquilo que esta ciência possui de fundamental: a busca de inter-relações para a compreensão global do fenômeno com vistas à solução de problemas. Se assim não foi considerado, é outra questão pois, como se tentou demonstrar, a ciência oficial pouco realizava isto e, por razões ideológicas, falava de alimentos mas não analisava a fome.

O geógrafo, quando estuda a população, analisa fenômenos essencialmente biológicos e fenômenos com causas sócio-econômicas e culturais. São dinâmicos e os dados, em sua maioria, socialmente determinados. Pela vastidão do significado do termo população, trataria de tudo o

que concerne ao ser humano, se não tiver em mente a objetivação da ciência que abraçou e se não circunscrever com clareza o campo de atuação. Neste aspecto, Josué de Castro foi mais geógrafo ao não estudar a população em geral e sim ao utilizar-se de dados demográficos para a análise de um aspecto específico, procurando suas causas sociais e relacionando-o, quando necessário, aos aspectos fisiográficos. Sua vantagem adveio do estabelecimento de uma finalidade, da clareza do fim, pois é este que define o caminho. Todo bom estudo começa com a demarcação da meta; ela é que traça os rumos, que permite conjecturar caminhos. A delimitação do campo e o método de análise estão vinculados à natureza do tema escolhido.

A fecundidade humana, a “expressão concreta da capacidade procriativa da espécie”, é um elemento essencial da história das sociedades e se altera com as mudanças sociais. Existe uma variabilidade histórica e social da fecundidade, tanto no aspecto quantitativo quanto no qualitativo; neste último caso, sempre foi significativa a existência de normas e tabus “[...] que regulam a sexualidade e a constituição da família desde as sociedades mais simples às mais complexas, cuja rigidez se expressa nas sanções negativas causadas por sua transgressão ou pelo impacto social que provocam suas alterações.” (OLIVEIRA; SZMRECSÁNYI, 1980, p. 185)

Dentro de uma mesma sociedade existem diferenças importantes em razão de diversos fatores que a afetam, como níveis de renda e de escolaridade, tipo de ocupação, trabalho feminino, custo de criação, religião, predomínio rural ou urbano, possibilidades de ascensão social, entre outros, havendo, portanto um inter-relacionamento com a estrutura social. Ou seja, a fecundidade é muito mais do que um simples fenômeno biológico. A fecundidade de ambos os sexos é, em grande parte, determinada pela faixa etária; esta lei biológica, entretanto, varia entre os diversos grupos em razão de aspectos culturais. Estas causas sociais foram destacadas nas análises, sendo raros os estudos demográficos que davam um papel primordial ao aspecto biológico. A grande crítica que se fez a Josué de Castro foi justamente a de inverter o significado da importância das causas, dando mais atenção às biológicas do que às sociais.³ Seu mérito foi o de colocar na mudança social a resolução do problema da elevada fecundidade.

A própria transformação da fecundidade em um problema político somente ocorreu a partir das transformações sócio-econômicas provocadas pela expansão do sistema capitalista.⁴ De um problema científico, de inquirição sistematizada da natureza, das causas e das conseqüências do fenômeno, logo se transformou, por parte de diversos grupos, em estudos visando justificar medidas eficientes para modificar a dinâmica populacional a serviço de Estados interessados em alterar esta dinâmica, inclusive em outros países. Dados sobre alimentação, também eram difíceis de serem obtidos quando elaborou Geopolítica da fome (1951). Além dos problemas decorrentes do fato de muitos países não terem realizado nenhum recenseamento, da ausência de sincronismo e da desigualdade qualitativa dos censos, estes dados não compunham os doze temas principais⁵ recomendados pela Comissão e Divisão de População das Nações Unidas em 1946.

O livro Geografia da fome (1946) foi elaborado em um período em que somente estavam disponíveis números sobre alguns aspectos da população brasileira (população absoluta e relativa, faixas etárias, natalidade, mortalidade, dentre poucas). Quando, logo depois, redigiu Geopolítica da fome, o mundo carecia de números confiáveis.⁶ Aqueles fornecidos à ONU pela maioria dos países não eram confiáveis e, em diversos casos, alterações em fronteiras nacionais – ou, como no caso africano, fronteiras internacionais demograficamente sem sentido – dificultavam tratar do histórico de população. Sem contar com os problemas derivados da conversão de uma moeda em outra (para verificar o real poder aquisitivo), da ausência de critérios internacionais para distinguir locais urbanos e rurais, raças ou etnias, ou de critérios nacionais para a divisão territorial para fins censitários.

Em Geografia da fome incluiu a questão no debate sobre a organização do Estado e da política econômica, precisou o conceito de fome e fez um estudo que pode ser rotulado de demográfico. Quando estabeleceu as cinco regiões alimentares do país usou, como principal critério, a quantidade de pessoas atingidas pelo problema; e procurou explicar os quadros de fome pela formação

econômico-social de cada área e não por aspectos naturais ou raciais. Era a fome, e não o clima ou a constituição étnica, o fator que inferiorizava a população e dificultava uma ação mais consciente da mesma. Estudar a questão da alimentação exige trabalhos demográficos, pois diversas características da estrutura da população influenciam na procura e no consumo de alimentos, como distribuição por ocupação e por idade, distribuição de renda, tamanho da família e hábitos de consumo, entre vários.

Em Geopolítica da fome, realizou um trabalho que também pode ser considerado de demografia. Conceitos comuns a esta ciência, como natalidade, mortalidade, expectativa de vida, superpopulação e teorias demográficas, constituíram o essencial da obra. Considerando a época, o uso dos termos e suas análises foram adequados e interligados. Entretanto, sua formação de médico o conduziu a uma análise parcial da relação entre fome e superpopulação, enfatizando demais os aspectos biológicos. Uma abordagem mais completa desta questão demográfica precisava envolver outros aspectos econômicos e culturais, uma visão mais ampla das condições de vida (inclusive sanitárias), papel social da mulher e até a duração do aleitamento materno. A centralização demasiada no combate ao neomalthusianismo foi outro fator que dificultou uma análise mais ampla; contudo, considerando a época, foi muito importante, inclusive pelas discussões que provocou.

Procuramos em um artigo de Ogden (1998), mas o mesmo fez um relato da situação dos trabalhos na década de 1990, sem nenhuma citação – em suas cento e cinco referências – de algum relativo à América do Sul.⁷ Demonstrou que a geografia populacional prosperava, mas que também indicava alguns desafios que enfrentava à luz do desenvolvimento tanto nas áreas relativas à Geografia quanto naquelas que vão além dela, como a História e a Demografia.

A geografia populacional, para ele, não estava em crise e sim era um campo que necessitava de renovação de duas maneiras. A primeira, precisava prestar mais atenção à ela e aprender, através dos recentes avanços substantivos e metodológicos na geografia econômica, social e cultural, se pretendíamos reconectar a geografia populacional à corrente principal da Geografia. A segunda necessitava demonstrar a relevância do fenômeno geográfico daqueles campos que estavam largamente ignorados. Parte da geografia social da cidade, por exemplo, acontecia inconsciente a propostas de mudanças que tomavam parte no modo como as pessoas viviam em termos de família, lar, padrões de relacionamentos sexuais, morbidade e mobilidade em áreas particulares. Contudo, para Pierre George, foi no contato com geógrafos

[...] e, principalmente com os historiadores, [que] os demógrafos compreenderam que o número talvez não fosse o dado mais objectivo em matéria de estudo dos homens, e que ele é, muitas vezes, o resultado de uma complexa evolução de fatores heterogêneos, [...]. (GEORGE, 1975, p. 235).

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) instituiu, entre os prêmios da Luta pela Terra, o Prêmio Josué de Castro, outorgado a técnicos e a batalhadores pela reforma agrária no Brasil; também foi dado o nome de Escola Técnica Josué de Castro ao estabelecimento que forma alunos do curso médio, filhos de assentados ligados ao MST, como técnicos em administração cooperativista (STEDILLE, 2000, p. 8). Também é o nome do Diretório Acadêmico de Medicina da FCM da UPE. Ele deve ter tido uma importância muito grande nestes aspectos; será que teve o mesmo em estudos geográficos populacionais?

JOSUÉ DE CASTRO FOI UM ESTUDIOSO DE GEOGRAFIA POPULACIONAL?

Em artigo de repercussão no período (1953), Trewartha defendia que a geografia da população continuava a ser negligenciada e que deveria ser desenvolvido um sério conceito de trabalho, o qual deveria ser aplicado no ensino e na pesquisa. Os geógrafos, principalmente os estadunidenses, não tinham feito da população uma de suas maiores preocupações, negligenciando-a em tratamento sistemático especial. Retomando a história da Geografia, pouco encontrou que justificasse sua afirmação, exceto um autor (Hettner) que citou que a população possuía uma grande influência sobre

os temas geográficos, mas não realizou nenhuma tentativa verdadeira de analisar seus conteúdos e métodos. Vidal de La Blache, em *Princípios de geografia humana*, reconhecia a população como fornecedora de um elemento fundamental do campo, mas enfatizava a distribuição de números e padrões de densidade associados.

Nenhuma tentativa foi feita para organizar o seu conteúdo e para reconhecer como uma distinta e fundamental subdivisão do campo da geografia humana. Jean Brunhes enfatizou os números – e não suas qualidades – e afirmou que os homens estavam pegos e contados pelas habitações, sendo o povoamento através de moradias um fenômeno mais geográfico que o povoamento de seres humanos. Destacou uma publicação de Pierre George como uma introdução à geografia populacional do mundo, como uma tentativa de apresentar um livro sobre o tema, abrindo caminho para quem deseja se aperfeiçoar.

Por que, nos EUA, os padrões desenvolvidos pela geografia da Agricultura, Política e Industrial não se repetiam no tópico da População? Em parte, a negligência derivava da famosa divisão em Física e Cultural. Admitia a Geografia como uma ciência unitária mas ela, às vezes, simplesmente se focava mais em um ou outro campo. A rigidez do pensamento de muitos geógrafos era o que os levava a classificar os fenômenos como físicos ou culturais. O homem civilizado, que criou o que aparecia de novo no mundo, não podia ser classificado como um elemento de sua própria significação, pois isto o fazia ficar de fora. Ou seja, ele mesmo não se tornava um objeto da investigação geográfica. Assim, segundo o autor, falhou esta ciência ao não lhe fornecer um nicho especial.

Por esta razão, ofereceu uma modificação básica, sendo dada uma posição mais explícita à população. No lugar da bifurcação, ele propunha “[...] uma organização triangular dos elementos em que o homem, a terra física e os trabalhos do homem sejam uma tríade dos elementos principais.” (TREWARTHA, 1953, p. 81) Assim, a Geografia estudaria o homem, o criador e beneficiário do aspecto cultura, a terra natural, fornecedora do meio ambiente e dos materiais para ele, e a terra cultural, produto da criação do ser humano através dos aspectos naturais. Estes três aspectos seriam agrupados em uma ciência unitária: a Geografia.

Fruto de uma bipartição, aceitava-a e propunha um triângulo; no lugar de combater a falha, a ampliava. Por que não propor uma só ciência, com base em sua proposta? Se, como ele mesmo dizia, o valor final era a vida humana, se não entendia porque os geógrafos achariam que as criações e o meio ambiente eram mais importantes que o homem, precisava combater isto. A Geografia era uma ciência unitária – e com isso ele concordava –; então a bifurcação era o que estava errado. Se duas ou três ou dez divisões, isso pouco acrescenta à discussão principal. Estudar a geologia ou a climatologia, por si só, não representava um estudo geográfico, assim como estudar, sem classes sociais, as moradias e as indústrias. Afirmou que os dualismos apareceriam de tempos em tempos, mas a ciência era unitária; como então desejava colocar mais um aspecto?

No período, geografia e paisagem eram sinônimos, sendo a última entendida como um aspecto visual de uma área na superfície, a face da terra. Se o homem não era visto, caberia à Geografia somente responder à questão: por que o homem não está nesta área? Isto e mais nada sobre uma área inabitável. Se, na época, caberia a ela dar uma explicação da paisagem visual, isto derivava da situação da época e ela não poderia parar por aí. Precisava explicar as razões humanas, por que os homens assim agiam e como deveriam fazer.

Em Geografia, o elemento pivotante é a vida humana; ela é antropocêntrica, como concordava Trewartha. “População é o ponto de referência pelo qual todos os outros elementos são observados e do qual eles todos, isolados ou coletivamente, tem significância e significado. É a população que fornece o foco.” (TREWARTHA, 1953, p. 83) Foi isto o que Josué de Castro fez. Para estudar a fome, colocou a população como foco; e, para analisá-la, pegou os outros elementos fundamentais para atingir seus objetivos. Não discutia se existia Geografia A ou B, pois admitia somente uma, com a qual fez suas análises e suas propostas. Realizou o que não faziam e, em decorrência da limitação do agir desta ciência – e não dela mesma – passou a utilizar-se de outro instrumental, sempre próximo a ela.

A proposta de Trewartha deveria ser feita como uma crítica à geografia dual e não como alternativa. “Não existe tal coisa como um homem sem cultura e, por esta razão, homens não podem ser considerados como um elemento de uma realidade divisória não cultural.” (TREWARTHA, 1953, p. 83) Somente isto era suficiente, não precisando colocar “que a geografia, incluindo a geografia física, é antropocêntrica, [...]” (Ibidem). Se se faz uma abordagem geográfica, ela é feita para o homem como ser social. Se alguém estuda pedologia sob o prisma geográfico, é para o ser humano. Não cabe ao geógrafo comer terra mas, a partir do levantamento dos pedólogos, analisar o aproveitamento feito para a sociedade. As diferenças ocorrem por razões ideológicas e não pela definição da ciência. O critério é a qualidade do uso humano, do uso ou não uso da sociedade (e as razões). Isto Josué de Castro fez.

Quando Trewartha fez análises críticas ao que os geógrafos estavam fazendo, comprovou o que gostaríamos de realizar sobre a Geografia. Errou ao dizer que a “geografia física é antropocêntrica por natureza”, pois seus materiais foram selecionados tendo em mente sua satisfação, ou não, para os habitantes desta ou daquela sociedade. A população de qualquer lugar, com raríssimas exceções, é difícil de ser compreendida se não for vista como algo em constante mutação e com relações complexas, com áreas de distância variadas, envolvendo pessoas, mercadorias e idéias. Quem determina a utilidade ou não, de um elemento físico, é o homem social.

Afirmou que a maior transformação de uma área tida como natural ocorria quando a população era mais avançada em tecnologia e que o homem, quando agente da produção, transformava a superfície para o seu próprio uso. Entretanto, não dizia se o transformava para alguns ou para muitos. Permanecia puxando a ação para o ser humano mas pouco falava de classe social. A terra cultural, segundo ele, era o objeto do estudo da Geografia e não poderia ser entendida sem os recursos que a produziram. Na verdade é o inverso, o produtor da terra cultural é o verdadeiro objeto da Geografia, sob o ângulo espacial.

Se a população é “[...] o elemento principal a partir do qual todos os outros são orientados” (TREWARTHA, 1953, p. 86), ela é o elemento fundamental. A Geografia “não pede para ser a ciência do homem”, ela é isto, sob o ângulo espacial e, neste aspecto, necessita buscar elementos tidos como naturais para explicar o espaço social. Trewartha propôs um programa específico sobre geografia populacional que não exigiria mudanças na concepção de Geografia; o que se pode estranhar era ainda não ter sido feita, em 1953, uma proposta sobre o item. Apesar de se preocupar muito com o ecúmeno e o anecúmeno e muito pouco com a fome, foi interessante sua proposta.

Josué de Castro fez um trabalho geográfico regional em seus dois livros mais conhecidos, com fenômenos numerosos, complexos e inter-relacionados. A visão de dividir o país e o mundo para compreendê-los melhor foi a correta. Se feita somente de um modo mais geral seria mais superficial; e realizou com o foco definido. Foram diversos os ramos sistemáticos que propiciaram os dados, desde geólogos e climatólogos a historiadores e economistas. Esta foi a sua diferença: não fez um estudo, por exemplo, sobre o Brasil, mas um estudo da fome no Brasil. Carecia ainda de alguns dados mas, mesmo assim, realizou uma análise geográfica.

“É nos aspectos de distribuição do número de pessoas que geógrafos aparentam fazer a maior parte de sua contribuição para o estudo da população.” (TREWARTHA, 1953, p. 91) Essa análise importante não seria feita por Josué de Castro, mas ele, certamente, concordaria com a afirmação, demonstrando que esta tarefa limitada pouca importância dava ao problema. O que Trewartha propõe, de sugerir o uso de uma equipe interdisciplinar para diversos temas, a combinação de esforços com antropólogos, demógrafos e historiadores econômicos, é importante, notadamente no campo histórico desta disciplina.

O número de pessoas, por si só, não é um dado significativo. É necessário saber se estão bem ou não de vida e as razões disto. As taxas de natalidade e mortalidade, de imigração e emigração, os níveis de ocupação, entre outros, são fundamentais para a análise dos fatos e para projetar futuros possíveis. Os números sobre as composições etária e sexual são importantes para se verificar ten-

dências, que podem – ou não – ocorrer. Dados sobre a mortalidade necessitam da idade e da causa da morte; estes fatos são importantes para se analisar a situação existente no país. De pouco ou nada valem somente os dados de morte em tal ano, se não acompanhados de outros aspectos, pois se está assim fornecendo o número de mortes naquele ano e mais nada. Ora, para isto não é necessário ser ciência. Causa de morte, idade, sexo e ocupação ajudariam, pelo menos, a estabelecer comparações entre as regiões ou os países, a estabelecer a expectativa de vida e as causas das mortes.

A visão dele sobre as razões dos trópicos úmidos de baixa latitude – caracterizados pela superabundância de energia climática, no Novo Mundo –, permanecerem despovoados, foi interessante. Simplesmente colocava as técnicas da Ásia Monçônica para serem transplantadas para as Américas e a África – como se fossem semelhantes – e o problema poderia ser solucionado. O que existia era um pequeno povoamento – se comparado à Ásia Monçônica – e que exigia atitudes diferentes por uma razão física – climática –, como Josué de Castro havia demonstrado, apesar de suas imperfeições.

Também ao colocar que a qualidade das pessoas tinha sido seriamente negligenciada por geógrafos, ainda não conhecia – ou nem veio a conhecer – a obra de Josué de Castro. Indicava que as coisas deveriam ser tratadas por número, qualidade e valor; como aplicar somente o número quando há estágios diferentes de produção e valor? Como explicar que menos de 10% da América Anglo-Saxônica eram responsáveis por metade da produção do mundo, sem levar em conta o uso de máquinas e robôs?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quem faz um estudo geográfico da população responde a perguntas como: por que a população mundial é distribuída desigualmente, por que há tantos vivendo em uma área e poucos em outras? Elas, no entanto, são pontos de partida, cujas respostas são de natureza histórica e, normalmente, de acordo com os mapas disponíveis, ignoram aspectos qualitativos das pessoas. Se uma boa análise geográfica da população é, inicialmente, histórica por natureza, as análises feitas pelo pernambucano foram adequadas; dificilmente omitia o passado na caracterização do presente. Se também se devem estabelecer algumas relações causais entre o meio físico e certos aspectos das populações⁸, sem cair em determinismos fisiográficos⁹, e demonstrando que, muitas vezes, esta relação deriva das relações internas da sociedade, ele fez análises geográficas. Estas, na maioria dos temas estudados, necessitam reconhecer a existência de um meio ambiente que influencia e que é modificado pela ação humana, dependendo das características econômicas e culturais, que são mais importantes que as fisiográficas mas que, sem as últimas, deixa o estudo manco. Os dados populacionais necessitam ser analisados de modo quanti-qualitativo, considerando como dinamizam a configuração espacial. É necessário verificar se privilegia a espacialidade das questões, se trata da distribuição das pessoas no espaço, o fluxo de crescimento urbano regional e mundial e a relação do homem com o meio ambiente.

As epidemias de fome possuem reflexos mais visíveis do que a fome endêmica, acelerando mobilidades populacionais, fragilizando as estruturas presentes no espaço geográfico. Abramovay, em livro dedicado a Josué de Castro, lembrou que a fome “[...] não faz apenas sofrer no imediato: ela rouba do indivíduo boa parte daquilo que seu potencial genético estava destinado a realizar.” (ABRAMOVAY, 1991, p. 17) Em Geopolítica da fome, Castro transformou a fome em uma categoria de análise política, explicando, através dela, ações estatais, dominação internacional, reflexos espaciais. Uma de suas falhas foi a de não ter dado a importância merecida aos fatores culturais na alteração dos índices de natalidade¹⁰, assim como na determinação do tamanho e dos padrões de distribuição da população. Entretanto, estabeleceu uma questão central, procurou em sua explicação vinculá-la a outros fenômenos e estabelecer os efeitos que a fome provocava na personalidade geográfica das regiões, não transformando certos dados ilustrativos, como a densidade demográfica, em aspectos essenciais ou explicativos.

Em uma pesquisa sobre artigos que abordaram os temas Recursos Naturais, Meio Ambiente, Dimensão Demográfica e suas respectivas inter-relações de forma integrada, feita com um total de 24 títulos, a maioria de revistas de Geografia,

[...] em princípio investigou-se as revistas a partir de 1960. Todavia, como não foi encontrada nenhuma publicação relacionada a consideração da dimensão demográfica às problemáticas ambientais, a busca se restringiu a partir da década de 70. [...] Ao longo da investigação, foi possível identificar que nas décadas de 70 e início da de 80, o número de artigos envolvendo estes temas foram escassos. As poucas publicações encontradas neste período tratavam a questão do crescimento demográfico como sendo o principal motivador da poluição e degradação dos recursos. (GUIDUGLI; MEDINILHA, 1999, p. 08)

Somente a partir da década de 1990, “[...] os artigos passaram a considerar o crescimento demográfico como uma das causas da degradação dos recursos e do meio ambiente, aliado a outros fatores também relevantes [...]” (GUIDUGLI; MEDINILHA, 1999, p. 08).

Em um livro, cuja primeira edição foi em 1964, uma geógrafa francesa escreveu:

Se o demógrafo mede e analisa os fatores demográficos, se o historiador traça sua evolução, se o sociólogo procura suas causas e sua repercussão através de observação da sociedade humana, é função do geógrafo descrever os fatos no contexto de seu ambiente atual, estudando também suas causas, suas características originais e suas possíveis conseqüências. (BEAUJEU-GARNIER, 1974, p. 19)

Partindo destas afirmações, o geógrafo necessita recorrer a todas as disciplinas citadas e a outras, como a Estatística. A proposta citada acima, apesar de demonstrar a necessidade de se buscar informações em diversas disciplinas, era limitada quanto a este último aspecto. Para ela, o estudo geográfico da população assumia “[...] três aspectos: a distribuição dos povos pelo globo, e evolução das sociedades humanas e o grau de êxito por elas atingido.” (BEAUJEU-GARNIER, 1974, p. 20) Ela mesma fez mais ao procurar as causas principais dos fatos demográficos e ao evitar (um dos aspectos positivos de seu livro) apoiar-se em um ou dois exemplos para generalizar o passado e deduzir o futuro. Pelas funções colocadas a respeito do estudo da população por esta autora, Josué de Castro, em seus livros principais, exerceu atividades de demógrafo e de sociólogo e foi um geógrafo, pois não somente realizou as funções citadas como foi mais além, propondo soluções, o que, acreditamos, é a função de todo cientista social.

NOTAS

(1) Níveis e razões da mortalidade, padrões de morbidez, estruturas conjugais são, em determinados momentos, muitos diferentes nas zonas rurais e urbanas, o que impede generalizações para toda a população.

(2) Por exemplo, esta afirmação de Zelinsky: “A criação de filhos é talvez a única tarefa essencialmente feminina, [...]” (ZELINSKY, 1969, p. 91). O mesmo autor propôs “regiões de população/recursos”: um deles, o egípcio, “[...] oferece pouca esperança de qualquer melhoria qualitativa no bem estar [...]” (ZELINSKY, 1969, p. 165-166), e teve como exemplo analisado “desses países mal-aventurados” a Coreia do Sul. A Amazônia, por sua vez, foi incluída no tipo ártico-desértico, com “poucos recursos para a sobrevivência humana”.

(3) Também em Malthus, a concepção biológica ocupou um lugar de destaque, uma vez que a fecundidade resultava da atração instintiva, permanente, entre os sexos. Entretanto, ao colocar os obstáculos (checks) que impediriam o natural potencial de crescimento e propor medidas de controle, já demonstrava a insuficiência de uma visão essencialmente biológica. Destruíu a visão estritamente biológica o fato de, nas últimas décadas, a tendência de redução do tamanho das famílias se manifestar em diferentes grupos sociais, inclusive em famílias pobres, derivada da adoção de novos valores sociais – cuja realização era incompatível com uma prole numerosa – que, originados dos setores mais abastados, foram se generalizando por outros setores sociais.

(4) Não se quer afirmar que só foi a partir do século XVIII, principalmente com Malthus, que o tema foi destaque. A partir deste período foi que o fenômeno foi colocado em termos mundiais e pautado em cânones ditos científicos.

(5) Eram eles: “População total, sexo, idade, estado civil, local de nascimento, nacionalidade, língua pátria, características relativas à instrução, dados sobre a fecundidade, características econômicas (total da população activa e da população sem

atividade profissional, profissão, ramo da actividade económica e situação profissional, vários tipos de actividade económica dos quais dependem os elementos da população para assegurar os seus meios de vida, população agrícola), população urbana e rural, famílias (e relações com o chefe de família).” (GEORGE, 1975, p. 12)

(6) Muitos países ainda não tinham realizado o seu primeiro censo. Mesmo em países ricos, a restrição do número de aspectos abordados e a falta de precisão ainda incomodavam. Em geral, quanto mais pobre é o país, mais precária é sua tecnologia estatística e menos segura e abundante a sua informação demográfica. Quem mais precisa dela é a que menos a possui.

(7) O importante, neste trabalho (OGDEN, 1998), foi o fato de colocar, em um romance publicado em 1960, o melhor lugar para começar a entender a migração rural irlandesa. Merecia a atenção por estar além dos limites estreitos da Geografia. Entretanto, somente duas das 105 citações se referiam à fome e, uma delas, à Irlanda e em *Higlands* em 1840. Outra fez um relato sobre a relação entre fertilidade e crescimento econômico no Terceiro Mundo à luz de antecedentes históricos. Pouquíssimos foram os estudos sobre a migração feminina.

(8) Exemplifica isto a relação que estabeleceu entre a incidência de bócio e as características geológicas, ou as análises sobre a região Nordeste do Brasil. Não é determinismo o estabelecimento da relação entre adensamentos populacionais e planícies aluvionais, ou entre certas estruturas pré-cambrianas e a dificuldade de ocupação, desde que não se transforme isto em lei histórica de validade universal, no tempo e no espaço. Expedições em busca de metais preciosos procuravam áreas pré-cambrianas e desprezavam bacias sedimentares do Fanerozóico. Uma área anecúmena hoje pode não ser amanhã e as próprias áreas de aluvião na Amazônia eram menos utilizadas, do ponto de vista agrícola, do que as áreas do baixo-platô no século passado. As ocorrências de hulha ou de petróleo só passaram a ser significativas quando o homem lhes deu utilidade.

(9) Beaujeu-Garnier, na década de 1960, ainda possuía uma visão limitada e preconceituosa a respeito das áreas de florestas equatoriais que, para ela, eram “[...] impenetráveis, indestrutíveis e hostis, em todo o sentido, à vida humana. Ali, a vegetação é incontrolável e todo parasita que se possa imaginar floresce. [...] O homem é apenas um ser marginal, ameaçado e infestado.” (BEAUJEU-GARNIER, 1974, p. 67)

(10) Preso por demais ao aspecto alimentação, pouca atenção deu, como fatores da fertilidade ou da mortalidade, a aspectos como costumes conjugais (idade dos casamentos, prevalência ou não da monogamia, conceito de divórcio, infanticídio), divisão sexual do trabalho, padrões morais, religião predominante, disponibilidade do grupo em absorver influências externas e outros.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- ABRAMOVAY, Ricardo. **O que é fome**. 9a ed. São Paulo: Brasiliense, 1991, 117 p.
- BEAUJEU-GARNIER, Jacqueline. **Geografia da população**. São Paulo: Editora Nacional, 1974, 437 p.
- BÍBLIA de Jerusalém. Nova ed., rev. e ampl. São Paulo: Paulus, 2002, 2206 p.
- CAMARGO, Cândido Procópio F. de. Dinâmica populacional como processo histórico-social. In: SANTOS, Jair L. F. et alii (orgs.). **Dinâmica da população: teoria, métodos e técnicas de análise**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980, p. 12-18.
- CASTRO, Josué de. **O problema da alimentação no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, [1933], 154 p.
- CASTRO, Josué de. **A alimentação brasileira à luz da Geografia Humana**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1937, 173 p..
- CASTRO, Josué de. **Documentário do Nordeste**. São Paulo: Brasiliense, 1957, 215 p.
- CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**. 5a ed. São Paulo: Brasiliense, 1957, 292 p.
- CASTRO, Josué de. **Geopolítica da fome: ensaios sobre os problemas de alimentação e de população**. 8a ed. rev. ampl. São Paulo: Brasiliense, 1968, 2 v., 467 p.
- GEORGE, Pierre. **População e povoamento**. Lisboa: Livraria Bertrand, 1975, 242 p.
- GUIDUGLI, Odeibler S.; MEDINILHA, Andréia. A avaliação da literatura sobre a interação da dimensão demográfica nas questões ambientais. **Geografia**. Rio Claro (SP): AGETEO, v. 24, n. 3, dez. 1999, p. 05-42.
- KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998, 257 p.
- LA BLACHE, Paul Vidal de. As características próprias da Geografia. In: CHRISTOFOLETTI, Antonio (org). **Perspectivas da Geografia**. 2. ed. São Paulo: DIFEL, 1985, p. 37-47.
- MALTHUS, Thomas R. **Thomas Robert Malthus: economia**. São Paulo: Ática, 1982, 200 p.
- OGDEN, Philip E. **Population geography**. Progress in Human Geography. Londres, n. 22, p. 105-114, Jan. 1998.

- OLIVEIRA, M. Coleta F. A. de; SZMRECSÁNYI, M. Irene de Q. F. Fecundidade. In: SANTOS, Jair L. F. et alii (orgs.). **Dinâmica da população**: teoria, métodos e técnicas de análise. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980, p. 185-208.
- PATARRA, Neide L. Objeto e campo da Demografia. In: SANTOS, Jair L. F. et alii (orgs.). **Dinâmica da população**: teoria, métodos e técnicas de análise. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980, p. 09-11.
- ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão**: Veredas. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.
- SILVA, Tânia Elias Magno da. **Josué de Castro**: para uma poética da fome. 1998. 596 p. Tese (doutorado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo (SP).
- STEDILLE, João Pedro. A fome e a reforma agrária. In: FERNANDES, Bernardo M.; GONÇALVES, Carlos W. P. (orgs.). **Josué de Castro**: vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2.000, p. 07-13.
- SZMRECSÁNYI, Tomás. Retrospecto histórico de um debate. In: SANTOS, Jair L. F. et alii (orgs.). **Dinâmica da população**: teoria, métodos e técnicas de análise. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980, p. 263-274.
- TREWARTHA, Glenn T. A case for population geography. **Annals of the Association of American Geographers**. Lancaster (Pennsylvania), v. XLIII, n. 2, June 1953, p. 71-97.
- ZELINSKY, Wilbur. **Introdução à geografia da população**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969, 195 p.

Trabalho enviado em setembro de 2009.

Trabalho aceito em dezembro de 2009.